



TURISMO RURAL E GASTRONÔMICO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SEU DIÁLOGO COM A SUSTENTABILIDADE

Sendi Laurer¹, Dionéia Dalcin², Carlos Eduardo Ruschel Anes³

RESUMO: O turismo rural e gastronômico impulsiona o desenvolvimento das comunidades e serve como fonte de renda complementar aos empreendimentos rurais – ao mesmo tempo, a sustentabilidade é essencial ao desenvolvimento turístico eficaz. À vista disso, o presente artigo objetivou investigar bibliometricamente os temas turismo rural e gastronomia em artigos científicos, com especial interesse ao emprego de ideias de sustentabilidade. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e bibliográfica, efetuada por meio da realização de um levantamento bibliométrico nas bases de dados da SciELO e da Anptur, compreendendo o período de 2010 a 2019. 61 artigos foram analisados através da abordagem quantitativa: 55 artigos da base Anptur e 6 artigos da base SciELO. Deste montante, 28 artigos, o que corresponde ao percentual de 46%, dialogam com assuntos de sustentabilidade nos âmbitos ambiental, econômico e social. Pode-se concluir que o turismo rural e o gastronômico, em conjunto, englobam conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento regional, através da proteção ambiental, o que geraria crescimento econômico e desenvolvimento social, elementos presentes nos artigos científicos analisados.

Palavras-chave: Bibliometria. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Turismo.

1 INTRODUÇÃO

O turismo rural e a gastronomia são temas relevantes no contexto do desenvolvimento regional, que abrange os âmbitos ambiental, econômico, social e cultural. Além de prover uma fonte de renda complementar às famílias rurais, o turismo auxilia na promoção e no desenvolvimento das comunidades. Desse modo, aliada ao turismo rural, a sustentabilidade torna-se elemento fundamental no processo de valorização dos empreendimentos turísticos, na agregação de valor aos produtos e, também, na continuidade das atividades turísticas a longo prazo.

A esse respeito, autores consagrados ressaltam que “Como componente econômico, o turismo permeia todos os setores da economia, abrindo um leque de opções para investimento e trabalho. A matéria-prima, por excelência, passa a ser o ambiente natural e cultural, possibilitando que a forma de seu uso seja sustentável” (VETTORATO et al, 2005, p. 18).

¹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS).

² Docente Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Agronegócios (UFRGS).

³ Docente Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC).



Em vista disso, este estudo aborda o turismo rural e gastronômico por meio de uma análise da produção científica de dez anos e seu diálogo com a sustentabilidade. Através dos levantamentos teóricos, pretende-se responder à questão norteadora da pesquisa, cujo intuito é verificar se os artigos científicos sobre turismo rural e gastronomia vêm incluindo questões de sustentabilidade. Por meio desta pesquisa, objetivou-se investigar bibliometricamente os temas turismo rural e gastronomia em artigos científicos, em especial o uso de ideias de sustentabilidade.

Para alcançar o objetivo proposto, além do levantamento bibliográfico para embasar o referencial teórico, também foi realizada pesquisa bibliométrica em duas fases distintas. A primeira fase é composta pela análise dos estudos científicos que tratam do turismo rural e da gastronomia nas bases de dados da SciELO e da Anptur, contemplando o período de 2010 a 2019. A segunda fase consiste na verificação dos artigos científicos que tratam das questões de sustentabilidade, na qual são elencadas suas principais considerações.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar conhecimentos teóricos relacionados ao turismo rural e gastronômico e pela necessidade de compreensão sobre o modo como as questões de sustentabilidade ambiental, econômica e social são abordadas. Além disso, este estudo é relevante por compreender a ideia do desenvolvimento local nos artigos analisados, uma vez que “pesquisas que indiquem a relação do turismo com outros setores da economia, os efeitos positivos e/ou negativos, e que reflitam no desenvolvimento local são raras” (DIAS; MATOS, 2012, p. 205).

Para o embasamento teórico, algumas percepções a respeito do turismo rural, da gastronomia, da experiênciarural e da sustentabilidade aliada ao bem-estar foram abordadas. Por fim, foram apresentados tanto os resultados do levantamento bibliométrico como a discussão e análise dos artigos que tratavam sobre as dimensões da sustentabilidade.

2. REVISÃO TEÓRICA

No referencial bibliométrico, concepções acerca do turismo rural, da gastronomia aliada à experiência, e a contextualização da sustentabilidade e do bem-estar foram abordadas.

2.1 TURISMO RURAL

O segmento turístico vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade em função das suas contribuições no campo da sustentabilidade, da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social. Com a crescente demanda de tarefas domésticas e a



exigência de melhoramento constante no desempenho profissional, inúmeras pessoas buscam no lazer turístico momentos de descanso e tranquilidade. Afinal, “Longe da correria dos centros urbanos, os campos brasileiros são uma espécie de refúgio para quem quer descansar, usufruir da simplicidade e aconchego das propriedades rurais e interagir com a natureza e os saberes e fazeres locais” (MTUR, 2013, p. 02).

Além de ser responsável por atrair turistas do mundo inteiro, o turismo gera renda, desenvolve a cultura e promove o crescimento das comunidades turísticas receptoras. Evidentemente, o turismo deve também prezar pela sustentabilidade, pois “Pode-se pensar o turismo por intermédio de várias características que apresentam forte correlação – em diversos contextos – entre fatores importantes: econômico, social, cultural, psicológico, geográfico, antropológico, climático” (FERNANDES, 2017, p. 20).

Sabe-se que há um vasto conjunto de locais turísticos para serem visitados tanto no estado gaúcho como no país – aliás, o turismo configura-se como um elemento essencial no desenvolvimento de muitas regiões brasileiras. Silva et al (2016, p. 159), ademais, acreditam que “o turismo é um fenômeno que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, pois, para esta atividade, quase não existem fronteiras, devido às pessoas desfrutarem de um maior tempo destinado ao lazer e bem-estar”.

Especificamente no campo do turismo rural, tais elementos impulsionadores do desenvolvimento local estão mais e mais aprimorados. De acordo com o SENAR (2020a), o modo de vida rural e campesino já foi estigmatizado e visto de forma negativa pela sociedade, o que ocasionou o êxodo rural e dificuldades na sucessão familiar no agronegócio. Essa crença, entretanto, tem sofrido mudanças positivas. Há uma gradual valorização da condição agrícola, visto que os agricultores, por vezes, buscam aumentar sua renda a partir da agricultura. Já as populações urbanas tendem a buscar os espaços rurais com o fito de conhecer culturas diferentes da sua e a origem dos produtos que consomem. Assim, o turismo rural pode ser considerado como elemento de suporte ao desenvolvimento das comunidades rurais (BENI, 2004; MTUR, 2010; SENAR, 2020a).

Com a visita das famílias urbanas às comunidades rurais, notou-se um importante avanço. A esse respeito, sabe-se que “O deslocamento para as áreas rurais começou a ser tratado como atividade turística na década de 80, quando propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e começaram a receber turistas” (SENAR, 2020b, p. 13). Desse modo,

Aos poucos, o agricultor vem deixando de ser somente um produtor de matéria-prima e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades



não-agrícolas, como é o caso do turismo. Sob essa perspectiva, se assiste ao crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter transversal, dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios (MTUR, 2010, p. 11).

Conforme o SENAR (2020b), o turismo rural possibilita ao viajante um contato direto e mais próximo à cultura, às práticas, à gastronomia local, aos valores e costumes e às relações pessoais do local visitado. Quanto à definição desta prática, considera-se que o “Turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTUR, 2006, p. 49).

O turismo rural é composto por diversas modalidades e atividades turísticas. Na coleção do SENAR (2020b), as principais modalidades de turismo rural são elencadas, tais como: agroturismo, turismo cultural, turismo pedagógico, turismo de eventos, turismo ecológico, ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de compras, turismo de saúde, turismo de aldeia, turismo esportivo rural e turismo de recreação no meio rural.

Além do mais, inúmeras são as atividades turísticas encontradas no meio rural, a saber: hospedagem, alimentação, transporte de visitantes, recepção em propriedades rurais, organizadores de eventos, agências de turismo, acampamentos turísticos, parques temáticos, serviços de recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural (SENAR, 2020a; MTUR, 2006).

As atividades turísticas no âmbito rural podem promover diversos benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais às comunidades e, por esse motivo, podem ser consideradas elementos primordiais ao desenvolvimento regional. Na coleção do SENAR (2020b, p. 14), alguns dos benefícios das práticas rurais são citados, como, por exemplo, a

Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; promoção de intercâmbio cultural; conservação dos recursos naturais; reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; geração de novas oportunidades de trabalho; melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento; criação de comércio alternativo que valoriza as atividades rurais; melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; integração do campo com a cidade; integração das propriedades rurais e da comunidade; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; promoção da imagem e revigoração do interior; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; e resgate da autoestima do homem do campo.



Com o intuito de ressaltar a importância do turismo, Beni (2004) apresenta a relação desta atividade com diversas outras e com o ambiente circundante. A teoria do autor pode ser facilmente associada aos roteiros turísticos, nos quais as entidades turísticas se complementam e conseguem resultados mais expressivos em comparação às entidades que trabalham individualmente.

Por meio do Sistor, Beni (2004) sugere que o turismo é um sistema dinâmico, formado por partes interdependentes. Nessa perspectiva, este sistema seria composto por três conjuntos distintos: conjunto das ações operacionais (análise do mercado por meio da oferta e da demanda); conjunto da organização estrutural (superestrutura e infraestrutura) e conjunto das relações ambientais (ações no campo ecológico, social, econômico e cultural).

Para Zanchi (2019), cada entidade ou família deve analisar suas possíveis formas de sustento, adotando estratégias de diversificação das atividades na sua propriedade. Desse modo, seria possível participar das atividades turísticas através da associação com um roteiro de turismo rural:

Nessa perspectiva, torna-se importante identificar e especificar as atividades realizadas por cada família, com vistas a determinar como a renda da propriedade é formada. Ainda pensando no âmbito da família, cabe verificar seus saberes, suas motivações, suas estratégias organizacionais, suas habilidades e seus valores. Outro ponto relevante diz respeito à identificação e caracterização dos grupos, entidades, instituições e organizações com os quais a família se relaciona e/ou participa (ZANCHI, 2019, p. 50).

Com base nas concepções e nos benefícios do turismo rural apresentados acima, que demonstram sua possível organização em um sistema de roteiro turístico, percebe-se tanto a importância da gastronomia típica dos locais turísticos como a necessidade do processo de ressignificação da experiência gastronômica.

2.2 GASTRONOMIA E EXPERIÊNCIA RURAL

Não há dúvida de que a alimentação é indispensável à sobrevivência de qualquer ser vivo. Quando aliada ao turismo rural, o ato de se alimentar transmite uma significação diferenciada, pois é baseada em uma gastronomia típica, com saberes, valores e expressões socioculturais. Segundo Zanchi (2019, p. 52), “o alimento se revela como uma forma de expressão cultural e identitária nos roteiros de turismo rural, pois, seu preparo singular, passado de geração para geração, é ressignificado pelo agricultor familiar em sua propriedade e oferecido como atrativo turístico”.



Usualmente, o turismo rural está intrinsecamente conectado com a gastronomia local, auxiliando de forma direta no resgate de antigas culturas e tradições, no crescimento da comunidade e no desenvolvimento sustentável. Afinal, “As técnicas e os costumes relacionados ao preparo de alimentos de cada povo têm vínculo com a cultura, religiosidade, classe social, etnia, localização geográfica e capacidade produtiva dos recursos naturais” (SENAR, 2020a, p. 71).

Sabe-se que a gastronomia proporciona inúmeros benefícios ao desenvolvimento da comunidade local, tais como: diminuição da sazonalidade turística, maior diversificação na economia rural, demanda de mão-de-obra, estímulo à atividade agropecuária, valorização do patrimônio cultural e natural, além do fortalecimento da identidade e da autoestima da comunidade local (SENAR, 2020a).

A gastronomia rural, em geral, é composta por cafés coloniais, almoço e janta com pratos típicos da região, oferecendo, assim, a oportunidade de degustação de produtos caseiros aos turistas (SENAR, 2020b). Tal qual a hospedagem, o serviço de alimentação pode ser associado às atividades de entretenimento ou, então, ser oferecido isoladamente aos turistas que frequentam determinado local (SENAR, 2020a).

Uma estratégia amplamente difundida na gastronomia do âmbito turístico é a associação dos pratos típicos aos eventos e festas. Como se sabe, “Muitos viajantes escolhem seus destinos devido às comidas típicas e aos produtos que podem ser degustados e, muitas vezes, pelos eventos e festivais que são realizados em torno dos ingredientes e pratos emblemáticos de uma região” (SENAR, 2020a, p. 70). No estado gaúcho, por exemplo, a região da serra é conhecida por ser uma representante deste tipo de turismo gastronômico.

É ponto pacífico que a gastronomia faz parte de um contexto turístico no qual a agregação de valor aos produtos e serviços é algo essencial. Conforme o MTur (2010, p. 48), o aumento de valor do produto é possível pela verticalização, ou seja, “beneficiamento de produtos in natura, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros”.

Conforme o SENAR (2020b), com vistas à identificação do potencial gastronômico da região, deve-se realizar uma avaliação das origens históricas e culturais e uma análise da produção agropecuária para que receitas típicas e diferenciadas sejam resgatadas.

Além de agregar valor e analisar as potencialidades do desenvolvimento gastronômico, também é importante inovar e diferenciar os produtos e serviços oferecidos aos turistas, já que, segundo SENAR (2020a, p. 71), “os pratos típicos são os que mais atraem o



interesse dos visitantes, que buscam provar os itens localmente e, depois, adquirir produtos para consumir em casa ou presentear amigos e familiares”:

A diferenciação pode ser conseguida de várias maneiras, como, por exemplo, oferecendo aos turistas apenas alimentos orgânicos ou uma experiência única - realizar um piquenique embaixo de um parreiral, comer jaboticaba direto do pé. Serviços e produtos complementares também agregam valor e possibilitam o aumento da permanência do turista no destino e a ampliação de seus gastos. Os produtos associados ao turismo – alimentos, bebidas, decorativos, utilitários, artesanato - comercializados durante a visita do turista a um destino rural, ou mesmo se comercializados no meio urbano, também podem ser um importante fator de agregação de valor e de promoção do Turismo Rural, na medida em que valoriza e desperta atenção para os destinos rurais. É importante que essas estratégias conciliem a sazonalidade da atividade turística com a sazonalidade da produção agropecuária, quando existente. Uma alternativa é envolver o turista no cotidiano do processo produtivo, principalmente nas épocas de plantio, colheita e beneficiamento da produção (...). Outra possibilidade é a transformação artesanal de resíduos e insumos do campo em utilitários e objetos decorativos carregados de história e tradições (MTUR, 2010, p. 49).

Com o objetivo de tornar os produtos mais competitivos e atrativos pode-se difundir a qualidade e garantir padrões alimentares contemporâneos, uma vez que “A qualidade do serviço pode interferir diretamente na saúde e no bem-estar do turista e, por isso, os estabelecimentos desse ramo precisam observar normas rígidas de higiene e segurança alimentar” (SENAR, 2020a, p. 27).

De acordo com Schubert (2017), as características do ato de comer não são resultantes apenas de regras conscientes e pré-estabelecidas, mas, sim, de uma rotina diária inconsciente. Assim, as escolhas não são afetadas apenas pelos pratos que servidos, mas também pela companhia, pelo ambiente, pelos artefatos e pelas mensagens que cercam os indivíduos: “As estruturas tele afetivas são as principais características das performances que dão origem às práticas sociais que compõem a rotina alimentar, sendo guiada s por valores normativos como o 'cuidar', o 'poupar' e a busca pelo 'prazer” (SCHUBERT, 2017, p. 114).

Além disso, pode-se aliar ao exposto acima a certificação dos produtos com selos de qualidade, de comércio justo e solidário e de origem orgânica, o que teria o potencial de demonstrar uma produção que respeita o meio ambiente e que possui atributos sociais, territoriais, éticos, tecnológicos ou culturais. Isso porque as práticas de gestão ambiental sustentam a produção ao longo dos anos e agregam valor aos produtos turísticos (MTUR, 2010).



2.3 SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR

Concomitantemente ao desenvolvimento turístico de uma região, geralmente, há uma preocupação com o desenvolvimento ambiental, econômico e social, dado que “O turismo deve ser visto como uma atividade geradora de renda, empregos e benefícios para a comunidade local e apoio às iniciativas que visam à utilização dos recursos naturais de forma menos agressiva” (ARAÚJO et al, 2013, p. 196).

Isso está diretamente relacionado a um paradigma pós-moderno, que sugere que a sustentabilidade pode ser entendida e abrangida por três dimensões, a saber, ambiental, social e econômica (GARCIA, 2016). De acordo com Ruiz, Akel e Gândara (2015) ao mesmo tempo que o turismo gera benefícios econômicos aos destinos turísticos e às regiões envolvidas, também melhora o bem-estar dos residentes.

Para o MTUR (2016), a sustentabilidade ambiental e socioambiental garante inúmeros benefícios à sociedade, dentre eles: a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais e um desenvolvimento que preserve a cultura, a identidade e os valores da comunidade local. Já a sustentabilidade econômica assegura um desenvolvimento com equidade na distribuição dos benefícios e com uma gestão correta dos recursos, de modo que as necessidades e a segurança das futuras gerações possam ser asseguradas.

Quanto à sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, Latouche (2009), através da Teoria do Decrescimento, ressalta a importância desses elementos para o desenvolvimento. Para o autor, as bases do desenvolvimento são a qualidade de vida, a sustentabilidade e a proteção dos recursos finitos, e não o pensamento capitalista voltado ao consumo, à produção descontrolada e à percepção focada apenas no crescimento do PIB. Assim, o decrescimento econômico tem como objetivo: “ênfase fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade” (LATOUCHE, 2009, p. 04).

Como o turismo é um segmento que emprega basicamente recursos naturais, a preservação do meio ambiente torna-se fundamental não apenas para a continuidade das atividades turísticas como também para a manutenção dos seus benefícios à comunidade local, posto que “Necessitamos dos recursos naturais, empregando-os de maneira equilibrada, para atender às nossas necessidades. Do contrário, estaríamos sendo primitivos, e não sustentáveis” (CNC, 2014, p. 67). Não se pode deixar de considerar que, “Mantendo e, pior ainda, aprofundando o extrativismo, não se encontrará uma saída para o complexo dilema



de sociedades ricas em recursos naturais, mas, ao mesmo tempo, empobrecidas” (ACOSTA, 2016, p. 234). Em vista disso,

O caminho para abandonar uma economia extrativista, que terá de arrastar por um tempo algumas atividades deste tipo, deve considerar um ponto-chave: o decrescimento planejado do extrativismo. A opção potencializa atividades sustentáveis, que poderiam se dar no âmbito das manufaturas, da agricultura, do turismo e, sobretudo, do conhecimento. Definitivamente, não se deve deteriorar ainda mais a Natureza. O sucesso deste tipo de estratégia para proceder a uma transição social, econômica, cultural e ecológica dependerá de sua coerência e, sobretudo, de seu grau de respaldo e protagonismo social (ACOSTA, 2016, p. 234).

Além do exposto, Latouche (2009) acrescenta que é urgente que se faça um reordenamento das prioridades para o bem social, ou seja, deve-se produzir menos e consumir menos para sairmos do ciclo vicioso da produção exacerbada e do consumo em massa. O autor também considera fundamental que a comunidade repudie o egocentrismo que privilegia apenas algumas classes dominantes, e migre para o altruísmo, o que geraria mais oportunidades de trabalho e melhores condições sociais para a maioria da população.

A Teoria do Decrescimento, aliás, foi também tema da proteção ambiental abordada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) através da criação do termo “Economia Verde”. Convém esclarecer que essa abordagem trata tanto da necessidade de investimentos em tecnologias mais avançadas e menos poluentes como dos danos mínimos durante a realização da exploração natural (GARCIA, 2016).

De forma geral, pode-se afirmar que a Economia Verde valoriza o capital social, busca diminuir a pobreza, gerar empregos e maior igualdade social, preza pela utilização de tecnologias com baixa emissão de carbono, promove o uso eficiente de recursos e energia, busca um estilo de vida urbano mais sustentável e mobilidade menos poluente – e, por meio dessas atitudes, pretende manter e restabelecer os recursos naturais (PNUMA, 2011).

Assim como as teorias supracitadas, os assuntos de sustentabilidade e bem-estar social podem ser encontrados em planejamentos estratégicos atuais, como é o caso das metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as quais devem ser atingidas até 2030. A esse respeito, pode-se citar a meta 8.9, que trata do turismo sustentável: “Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais” (IPEA, 2018, p. 213).

Com o propósito de aliar sustentabilidade à dimensão econômica, torna-se fundamental a participação consciente das entidades públicas, privadas e das pessoas civis,



pois, como bem afirma Garcia (2016, p. 150), “É preciso que sejam feitas mudanças na economia, mudanças de conduta dos governos (municipal, estadual e federal), da sociedade civil, dos consumidores e das entidades privadas e públicas”.

Assim, acredita-se que a cadeia turística, que é extremamente ampla, pode ser fonte de sustentabilidade ambiental, de qualidade de vida, de crescimento econômico e de bem-estar social nas comunidades.

3. METODOLOGIA

O método fundamental deste estudo é a pesquisa bibliométrica (ARAÚJO, 2006). Em primeiro lugar, a fim de verificar o estado da arte dos temas, foi realizado um levantamento bibliométrico dos artigos científicos com os assuntos “turismorural” e “gastronomia” nas bases da SciELO e da Anptur. Para tanto, utilizou-se uma linha temporal de 10 anos, isto é, artigos publicados entre 2010 e 2019. O estudo foi realizado no mês de setembro de 2020. Os campos delimitados para a busca dos temas foram o título, o resumo e as palavras-chave.

Para a realização da análise bibliométrica dos artigos, os tópicos de investigação foram desmembrados nas seguintes etapas: ano, autor, título, objetivos, principais resultados, enfoque metodológico, processo de pesquisa, origem textual, nome da revista/evento de publicação e instituição de ensino. Posteriormente, os seguintes questionamentos foram realizados: O artigo aborda sustentabilidade? De que maneira? E quais as principais considerações?

Como já mencionado, foram analisados 61 artigos científicos: 55 artigos da base Anptur e 6 artigos da base SciELO. Desse total, apenas 28 artigos, o que corresponde ao percentual de 46%, dialogavam com assuntos de sustentabilidade ambiental-econômica-social, foco principal deste estudo.

Após a realização desta etapa, buscou-se artigos científicos que abordavam assuntos de sustentabilidade (dimensão ambiental, social e econômica) e suas principais considerações foram elencadas. Cabe mencionar que, no entendimento de Ruiz (2011), a pesquisa bibliográfica tem como base o material já divulgado, ou seja, conteúdo impresso ou publicado em anais e eventos científicos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória dado que utiliza de arcabouço teórico e levantamento bibliométrico. Quanto aos procedimentos de coleta e fontes de informação, a pesquisa se caracteriza em um levantamento bibliométrico e estudo bibliográfico devido à ampla quantidade de material consultado, tanto na bibliometria como na fundamentação teórica (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013).



No que tange à natureza dos dados e à forma de abordagem do problema, entende-se que se trata de um estudo quantitativo, considerando que foram utilizadas técnicas estatísticas e de mensuração para a análise e classificação dos artigos. Em relação à análise e interpretação dos dados, foi realizada sistematização dos dados para o levantamento bibliométrico e para a seleção dos artigos que tratam de sustentabilidade (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA

4.1 LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DOS TEMAS

Na análise do estado da arte dos temas “turismo rural” e “gastronomia”, obteve-se um montante de 61 artigos científicos nas bases de dados analisadas. A seguir, é possível observar a quantidade de artigos conforme o ano e a base de dados:

Quadro 1: Artigos selecionados para análise

ANPTUR		SCIELO	
Ano Publicação	Quantidade de artigos	Ano Publicação	Quantidade de artigos
2010	7	2010	1
2011	6	2011	2
2012	5	2012	0
2013	6	2013	1
2014	6	2014	1
2015	5	2015	0
2016	7	2016	0
2017	6	2017	0
2018	5	2018	0
2019	2	2019	1
Total	55	Total	6

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

Como demonstra o Quadro 1, a maior quantidade de artigos publicados foi encontrada na Anptur nos anos de 2010 e 2016. Já na base SciELO, houve pouca publicação com os temas pesquisados, mas, ainda assim, o ano de 2011 se destacou. É possível verificar o percentual de participação dos enfoques metodológicos nas pesquisas e, também, o índice de participação das instituições de ensino no Quadro 2.

**Quadro 2:** Enfoque metodológico e Instituições de ensino

ANPTUR			SCIELO		
Enfoque Metodológico	Quantidade	Percentual	Enfoque Metodológico	Quantidade	Percentual
Pesquisa Quantitativa	8	14,55%	Pesquisa Quantitativa	0	0,00%
Pesquisa Qualitativa	33	60%	Pesquisa Qualitativa	4	66,67%
Pesquisa Mista (Quanti-Quali)	14	25,45%	Pesquisa Mista (Quanti-Quali)	2	33,33%
Instituições de Ensino	Quantidade	Percentual	Instituições de Ensino	Quantidade	Percentual
PUC	2	3,64%	UFPR/Brasil	1	16,67%
UAM	10	18,18%	UNAP/Peru	1	16,67%
UCS	3	5,45%	UCA/Espanha	1	16,67%
UAE	2	3,64%	Universidad de Barcelona/Espanha	1	16,67%
UFPR	4	7,27%	UNA/Paraguai	1	16,67%
UFRN	2	3,64%	UNSAM/Argentina	1	16,67%
UFSCAR	2	3,64%			
UNB	2	3,64%			
UNIVALI	7	12,73%			
USP	2	3,64%			
Outras	19	34,53%			
Total	55	100%	Total	6	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

De acordo com o Quadro 2, o enfoque metodológico que mais se destaca é o qualitativo (60% - 66,67%), já que apresenta uma diferença significativa das demais abordagens. Além disso, a instituição de ensino com maior participação nas pesquisas analisadas foi a Universidade Anhembi Morumbi (UAM) (18,8%) e, em sequência, a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) (12,73%), ambas na ANPTUR, e nos artigos da SCIELO, cada artigo teve uma instituição diferente como autora.

Com base nos artigos analisados, a seleção dos estudos que dialogavam com os temas de sustentabilidade, nas dimensões ambiental-econômica-social, foi realizada.

4.2 DIÁLOGO DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS COM A SUSTENTABILIDADE

Quanto aos artigos analisados na base de dados SciELO, todos tratavam de questões sustentáveis. Por outro lado, dos 55 artigos da base de dados Anptur, apenas 22 abordavam a sustentabilidade, o que corresponde a um percentual de 40%. Assim, do montante de 61 artigos, somente 28 apresentaram elementos de sustentabilidade.



Dessa forma, foi possível analisar as principais considerações destes artigos e verificar a dimensão sustentável a que podem ser vinculados. No Quadro 3, foram descritos os artigos da base SciELO – apresenta-se, assim, o título do artigo, o âmbito de sustentabilidade a que se enquadra e as principais contribuições para a área sustentável.

Quadro 3: Artigos sustentabilidade – Base SciELO

TÍTULO DO ARTIGO	ÂMBITO SUSTENTÁVEL	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
Roteirização turística como instrumento de desenvolvimento territorial: O roteiro 'verde que te quero verde' de Campo Magro/Paraná	Desenvolvimento local e manutenção de recursos naturais e culturais.	Turismo rural e a roteirização, além de desenvolvimento local e endógeno, potencializa os recursos naturais e culturais.
Valoración económica ambiental según la disponibilidad a pagar por el turismo rural vivencial en la Isla Taquile - Perú	Conservação ambiental é elemento valorizado pelos turistas.	Turistas confirmaram pagar pelas ótimas condições de conservação ambiental, ou seja, uma praia limpa, protegida e com serviços de higiene.
Análisis del enoturista en la Denominación de Origen del Jerez-Xérès-Sherry (España)	Desenvolvimento socioeconômico de determinadas zonas rurais.	"Turismo e vinho, ligados à gastronomia local, criam uma simbiose perfeita, permitindo ao turista apreciar um produto diferente, descobrir um novo destino e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de determinadas zonas rurais, promovendo o desenvolvimento sustentável do território".
Las "tienda granja" como escenarios de promoción de la gastronomía local y sus posibilidades asociadas al turismo: El caso de los "Hofläden" (Mecklenburg, Vorpommern - Alemania) y las "Agrobotiques" (Cataluña - España)	Locais com compromisso na promoção e comercialização de produtos artesanais locais e com certificações ecológicas e biológicas.	Tendências nas regiões a uma demanda que reconhece a qualidade do produto com certificações ecológicas ou biológicas.
Potencial para el turismo rural en la compañía Paso Jhú del distrito de Piribebuy, Departamento de Cordillera, Paraguay	Proteção dos recursos naturais e culturais e a dimensão social por meio do fomento de pequenos agricultores.	Em Paso Jhú, existem paisagens naturais, como as florestas nativas e exóticas e diferentes espécies de aves e répteis. A mão de obra é proveniente da agricultura familiar.
El turismo en los pueblos rurales de Argentina: ¿Es la gastronomía una opción de desarrollo?	Na dimensão Ambiental, Econômica e Social.	Os indicadores ambientais apresentam saturações significativas devido à falta de infraestrutura de serviços (água, esgoto, tratamento de resíduos, setor de serviços de saneamento, etc.). Isso está intimamente relacionado à falta de harmonia político-administrativa do Município com Tomás Jofré. Promover a implementação de indicadores de desenvolvimento sustentável em outros pequenos municípios que buscam a



		abertura ao turismo. Geração de sustentabilidade a longo prazo.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

Analisando o Quadro 3, percebe-se que, enquanto alguns artigos tratam de uma única dimensão da sustentabilidade, outros interligam diversas dimensões no mesmo estudo. Ademais, observa-se que há maior ênfase à proteção ambiental e cultural das regiões descritas nas pesquisas. Além disso, pode-se verificar que a maioria das considerações são sugestões de melhorias ou resultados de estudos de caso de regiões específicas.

O quadro 4 dispõe os artigos da base Anptur: apresenta-se, assim, o título do artigo, o âmbito de sustentabilidade a que se enquadra e as principais contribuições para a área sustentável.

Quadro 4: Artigos sustentabilidade – Base Anptur

TÍTULO DO ARTIGO	ÂMBITO SUSTENTÁVEL	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
Ruralidades e enoturismo no Vale Dos Vinhedos	Dinâmica socioambiental do Turismo.	Além dos produtores integrados e não integrados ao turismo, existem novos atores com uma perspectiva ecologizada da agricultura focada na produção de uvas de cultivo orgânico e na elaboração de vinhos em pequena escala.
O Turismo de Base Comunitária, atrelado ao turismo rural: A construção de um plano de gestão na Comunidade Jacaré, em Tobias Barreto/SE	Sustentabilidade ambiental, social e econômica.	Desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável: proteção ambiental, qualidade de vida e geração de renda através das atividades turísticas.
Projeto Viva Círculo: turismo rural e a preservação dos saberes tradicionais	Dimensão ambiental e cultural.	Agricultores familiares e seus saberes: Educação ambiental e preservação da cultura campesina.
Gastronomia no turismo rural: oportunidades para os circuitos curtos de produção e distribuição de alimentos (CCPAA) no Brasil	Turismo gastronômico sustentável.	Sustentabilidade ambiental, novas possibilidades de renda, menos êxodo rural.
Volunturismo e suas ruralidades	Trabalho voluntário no turismo, ética e sustentabilidade.	Volunturismo: trabalho voluntário em propriedades rurais orgânicas é uma forma de volunturismo no meio rural, que tem como fundamento a ética e a



TÍTULO DO ARTIGO	ÂMBITO SUSTENTÁVEL	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
		sustentabilidade.
Turismo rural: uma abordagem conceitual	Proteção ambiental.	São importantes: o comportamento dos viajantes (turistas), a situação da população local (residentes) e o meio ambiente.
Formação da gastronomia como atratividade turística: análise dos Caminhos de Pedra (BG-RS) e Pinto Bandeira (RS)	Ecogastronomia.	O movimento <i>Slow Food</i> visa tanto educar os consumidores sobre alimentos tradicionais locais como proteger o patrimônio agrícola. <i>Slow food</i> é o direito universal de consumir comida boa e saborosa, produzida de forma que respeite o meio ambiente, a saúde humana, o bem-estar dos animais e que remunere e valorize o produtor de todas as etapas do processo.
Os sabores da rota: identidade territorial na gastronomia do município de Barreirinhas/MA	Proteção da fauna e da flora na gastronomia.	Equilíbrio dos ecossistemas, manutenção dos corpos hídricos e do solo.
Turismo rural e geoparques: um enlace para o fortalecimento do Seridó potiguar	Proteção e promoção do patrimônio geológico para fins científicos, educacionais e turísticos.	Conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.
A gastronomia típica, enquanto atrativo turístico-cultural de Palmas/TO	Crescimento e desenvolvimento sustentável.	Conservação dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, a proteção ambiental e um ininterrupto espírito acolhedor entre o trade e a comunidade local são condições essenciais para um turismo de qualidade.
'Projecto Querença': redes e parcerias como base para o desenvolvimento local e um turismo rural na Aldeia de Querença - Portugal?	Proteção dos recursos naturais, qualidade de vida e relações comunitárias.	Desenvolvimento econômico sustentável acompanhado da racionalidade do uso dos recursos existentes. Qualidade de vida da comunidade.
Produção agroecológica como potencial para o turismo rural: o caso de Campo Magro, Paraná, Brasil	Equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica.	Turismo rural surge como alternativa econômica e de grande potencial de desenvolvimento de atividades sustentáveis direcionados à agricultura familiar.
Pesca artesanal, hospitalidade e gastronomia em Ubatuba: o "Azul Marinho"	Degradação ambiental e riscos às comunidades.	Riscos à sobrevivência: especulação imobiliária, exploração predatória dos recursos naturais e o turismo desenfreado.
Sustentabilidade aplicada à gastronomia	Estabelecimentos gastronômicos sustentáveis.	Ações sustentáveis podem ser aplicadas e servem de pré-requisitos à inclusão do estabelecimento no programa selo verde.
A Identidade Marajoara: uma reflexão sobre a possibilidade de um Turismo Cultural no meio rural na Ilha do Marajó - Pará	Sustentabilidade ambiental, cultural e econômica.	Desenvolvimento do turismo rural como alternativa sustentável.



TÍTULO DO ARTIGO	ÂMBITO SUSTENTÁVEL	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
Organizações comunitárias: suportes culturais e ecoambientais para o desenvolvimento do turismo rural em Santa Catarina - Brasil	Desenvolvimento sustentável do meio rural.	Turismo rural de base comunitária: a criação dos faróis agroecológicos que são propriedades modelo ou unidades de observação experimentais que apresentam resultados em agricultura ou pecuária/pesca agroecológica/orgânica que merecem ser divulgados.
Ecogastronomia - A busca pela ética e o prazer na alimentação e sua influência na relação homem x natureza	Desenvolvimento sustentável a partir do movimento <i>Slow Food</i> .	Questão da ética da alimentação, apresentando algumas alternativas ao atual sistema de consumo.
Limites e Desafios do Turismo Comunitário: o caso da comunidade rural do Vale do Matutu em Aiuruoca-MG	Associação em prol da sustentabilidade.	A preocupação dos moradores em preservar e proteger patrimônio natural do lugar afirmando os seus valores, expressa no desejo de oferecer ao turista "exemplo de qualidade de vida e sustentabilidade".
Turismo Rural Comunitário como Alternativa para o Desenvolvimento Local da Comunidade Boa Esperança no município de Presidente Figueiredo/AM	Desenvolvimento rural sustentável.	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF): Sustentabilidade e melhoria das condições de vida local.
A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto "Acolhida na Colônia"	Planejamento sustentável do turismo em ambientes rurais.	Gestão sustentável de destinos e empreendimentos turísticos; Modelos cooperativistas que contribuem com o desenvolvimento, visibilidade e competitividade da atividade turística no meio rural.
O uso de atrativos culturais no turismo rural das fazendas nos municípios de Soure e Salvaterra – Ilha do Marajó (PA)	Desenvolvimento sustentável: Turismo rural e cultural.	Desenvolvimento sustentável regional, sem depredação do meio ambiente.
Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural: do turismo rural de Lages ao turismo comunitário do Rio Sagrado	Desenvolvimento socioambiental das comunidades.	Turismo, natureza e agricultura são conceitos conectados. A atividade turística enfrenta os desafios constantes de estudar e reger as práticas de descanso e lazer realizadas distantes do espaço rural.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

A partir dos artigos analisados, nota-se que, diferentemente da base SciELO, na qual houve a predominância de artigos internacionais, na base Anptur, a totalidade de artigos eram brasileiros. Quanto às dimensões da sustentabilidade, é perceptível a preeminência do cuidado ambiental. Já em relação às principais contribuições, observa-se que, na maioria dos casos, ocorrem na forma de sugestões de melhoria para comunidades específicas.

A sustentabilidade, bem como as questões de sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social são abordadas nos artigos apresentados nos quadros. Assim, o uso do turismo rural e gastronômico é relevante e discutido com enfoque de desenvolvimento local,



rural, territorial, com base principalmente no endógeno. Com base nos 28 artigos analisados, tal fato implica, conseqüentemente, relação com a sustentabilidade, pois mantém, conserva e preserva recursos naturais e culturais, bem como gera simbiose, qualidade, proteção, bem-estar e racionalidade. Ainda, o turismo rural e gastronômico possibilita a integração entre os empreendimentos, pessoas, agricultores, comunidade e turistas, proporcionando qualidade de vida e bem-estar social para os membros e, em especial, potencializando a agricultura familiar, gerando também associações, cooperativismo e relação de comunidade. Ademais, essa atividade contribui para a renda da população e a diminuição do êxodo rural, dado que gera patrimônio e melhoria das condições, propiciando novas formas de comercialização por meio de alternativas alimentares, como produtos certificados, biológicos, ecológicos. O agrupamento de tais elementos sugerem, por consequência, uma educação para a sustentabilidade.

Desta forma, conclui-se que o segmento turístico vem conquistando maiores espaços por meio das suas contribuições no campo da sustentabilidade, da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico, cultural e social. Afinal, “O turismo deve ser visto como uma atividade geradora de renda, empregos e benefícios para a comunidade local e apoio às iniciativas que visam à utilização dos recursos naturais de forma menos agressiva” (ARAÚJO et al, 2013, p. 196). Além da importância às regiões envolvidas, este segmento vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, já que há poucas fronteiras para a atividade turística, considerando que as pessoas estão destinando mais tempo ao lazer e bem-estar (SILVA et al, 2016). E, para que o turismo apresente benefícios, é necessário que ocorra de forma responsável e que preze pela sustentabilidade dos recursos naturais, pois, conforme Macedo e Coelho (2015), é essencial considerar as dimensões ambiental, socioeconômica e cultural quando se busca valorizar a diversidade regional e gerar ativos na promoção do desenvolvimento, como evidenciado nos artigos analisado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar como os temas turismo rural e gastronomia vêm sendo abordados nos artigos científicos e se, porventura, apresentam ideias relacionadas à sustentabilidade, foram realizadas pesquisas que demonstram que há uma quantidade elevada de artigos publicados nas bases de referência selecionadas. Quanto ao diálogo dos artigos com as dimensões da sustentabilidade, observou-se que há um percentual de participação de 46% do aspecto sustentável nos artigos encontrados.



Por esse motivo, entende-se que o turismo rural pode ser considerado uma renda complementar às famílias rurais e poderá, caso tais famílias desejem, tornar-se fonte primária dos recursos financeiros. Outro fator relevante à agricultura familiar e ao turismo rural é o quesito gastronômico no desenvolvimento regional.

É ponto pacífico que a gastronomia é caracterizada pela experiência do ambiente rural, pelos pratos típicos e diferenciados e, talvez sobretudo, pelo ambiente familiar. Em razão disso, o cuidado com os recursos naturais por meio da produção sustentável e o atendimento aos padrões alimentares agregam valor aos produtos e os tornam mais valorizados pelos turistas.

O turismo rural e o gastronômico, em conjunto, deveriam englobar conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento regional, através da proteção ambiental, o que geraria crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, é possível afirmar que as escolhas turísticas são influenciadas não só pelos produtos ofertados, mas também pelos ambientes, pelo atendimento prestado e pelas experiências que são vivenciadas.

Com base nos conhecimentos abordados neste estudo e nos resultados alcançados, conclui-se que o presente trabalho será de valia para o aprofundamento teórico no contexto do turismo rural e gastronômico aliado à sustentabilidade. Ademais, esta pesquisa poderá ser utilizada como fonte de consulta para demais trabalhos acadêmicos que venham a ser realizados com as temáticas e linhas de pesquisa aqui abordadas. Convém sublinhar que, entre as principais limitações da pesquisa, está a ausência da metodologia utilizada em grande parte dos artigos, a divergências nos objetivos da pesquisa e, inclusive, a coerência textual. Ainda, sugere-se o aprofundamento e a continuidade dos estudos nesta área, haja vista a sua importância para o desenvolvimento regional, tanto no que concerne os aspectos econômicos como os ambientais, culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006.

ARAÚJO, Joseane Gomes et al. Análise do potencial turístico do distrito de Itaitu (Jacobina-BA) e seus reflexos para o desenvolvimento local. **Desenvolvimento Regional em debate - DRd**. Ano 3, n. 1, maio 2013.



BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. – 10 ed. atual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Estudos em turismo**: turismo e sustentabilidade. Rio de Janeiro: CNC, 2014.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, Alisson Silva. **A relação clima-turismo**: Um contributo para o planejamento de destinos turísticos. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Revista Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v.13, n.25. p.133-153. Janeiro/Abril de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030 – ODS**: Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433. Acesso em: 28 set. 2020.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MACEDO, Fernando Cezar de; COELHO, Vitarque Lucas Paes. A política nacional de desenvolvimento regional – PNDR e os fundos constitucionais de financiamento. **Revista Redes**. v. 20, nº 3 - Suplemento, p. 464 - 486, set./dez. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **O Brasil que você procura**: Turismo Rural: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5284-cartilhas-o-brasil-que-voc%C3%AA-procura-%E2%80%93-2013.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural**: Orientações básicas. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e Sustentabilidade**: Orientações para prestadores de serviços turísticos. Brasília: Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Rumo a uma economia verde**: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. PNUMA/UNEP, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/462121/mod_resource/content/1/economia_verde_pnuma.pdf. Acesso em 28 set. 2020.



RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

RUIZ, Thays Cristina Domareski; AKEL, Gisah Moreira; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Estudos de Competitividade Turística: Comparativo do Modelo de Dwyer e Kim e do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Brasil. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 15-37, janeiro-abril de 2015.

SCHUBERT, Maycon Noremberg. **Comer fora de casa, as práticas e as rotinas alimentares nos contextos da modernidade**: Uma leitura comparada entre Brasil, Reino Unido e Espanha. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Turismo rural**: alimentação, hospedagem e acolhida. Coleção Senar 285. 118 p. Brasília: Senar, 2020a.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Turismo rural**: legislação e gestão de empreendimentos. Coleção Senar 286. 108 p. Brasília: Senar, 2020b.

SILVA, Rodrigo Belmonte (org) et al. **Gestão Pública**: Inovações e Modelos. Curitiba: CRV, 2016.

VETTORATO, Helga Krüger (org) et al. **Potencialidades para o turismo**: Região Fronteira Noroeste. Ijuí: Unijuí, 2005.

ZANCHI, Verence. **Ressignificação do alimento em roteiros de turismo rural**: uma estratégia de desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo – RS – Brasil. 2019. 192 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2019.